

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE PLANALTINA

LAÍS ANDRADE BATISTA CAVALCANTI

**ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL: O PAPEL  
DA CONAB PARA A DOAÇÃO DE ALIMENTOS**

PLANALTINA – DF  
2019

LAÍS ANDRADE BATISTA CAVALCANTI

**ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL: O PAPEL DA CONAB PARA A  
DOAÇÃO DE ALIMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de  
Gestão do Agronegócio, como requisito parcial à obtenção do  
título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientador (a): Profa. Dra. Susan Elizabeth Martins Cesar de  
Oliveira

Planaltina – DF

2019

*Dedico este trabalho à minha família,  
aos meus amigos, ao meu companheiro e a minha orientadora,  
por me apoiarem e nunca deixarem de acreditar em mim.*

## **RESUMO**

Ao percorrer o território mundial encontramos países e regiões em estado de calamidade pública ou situações emergenciais, na qual tenham seus direitos humanos feridos, necessitando assim de intervenções internacionais por meio de ações humanitárias para a proteção dos direitos humanos e a segurança alimentar e nutricional dessas populações. Pensando nisso, este trabalho tem como objetivo descrever a origem da Assistência Humanitária Internacional Brasileira, os processos necessários para a sua realização e as instituições envolvidas. O relatório detalha o papel da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab e os acordos vigentes para a execução da ajuda humanitária internacional, realizando um levantamento do histórico de doações de alimentos entre os anos de 2011 e 2018, período de vigência da principal legislação do assunto, a Lei 12.429, de 20 de junho de 2011. Através da análise documental e exploratória dos dados encontrados, identificam-se os principais produtos, a quantidade de alimentos doados, os seus respectivos destinos e os gargalos ocorridos durante o período.

Palavras-chave: Assistência Humanitária Internacional. Conab. Doação de alimentos.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Assistência Humanitária Internacional Brasileira no período entre 2011 e 2018 ...	30
<b>Tabela 2:</b> Assistência Humanitária Internacional em 2011 .....	31
<b>Tabela 3:</b> Assistência Humanitária Internacional em 2012.....	31
<b>Tabela 4:</b> Assistência Humanitária Internacional em 2013.....	33
<b>Tabela 5:</b> Assistência Humanitária Internacional em 2014.....	34
<b>Tabela 6:</b> Assistência Humanitária Internacional em 2015.....	35
<b>Tabela 7:</b> Assistência Humanitária Internacional em 2016.....	35
<b>Tabela 8:</b> Assistência Humanitária Internacional em 2017.....	36
<b>Tabela 9:</b> Assistência Humanitária Internacional em 2018.....	36
<b>Tabela 10:</b> Assistência Humanitária Internacional por País entre 2011 e 2018.....	37

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1.1. CARACTERIZAÇÕES DO ESTÁGIO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.2. SITUAÇÃO PROBLEMA .....</b>	<b>10</b>
<b>1.3. OBJETIVOS .....</b>	<b>10</b>
<b>1.3.1. Objetivo Geral .....</b>	<b>10</b>
<b>1.3.2. Objetivos específicos .....</b>	<b>11</b>
<b>1.4. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>11</b>
<b>1.5. METODOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
<b>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2. ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL.....</b>	<b>14</b>
<b>2.3. ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA BRASILEIRA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.3.1. O Brasil na Cooperação Humanitária.....</b>	<b>17</b>
2.3.1.1. Histórico.....	18
2.3.2. Tipos de Assistência Humanitária Internacional.....	19
2.3.2.1. Doação de alimentos.....	20
<b>3. ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1. LEGISLAÇÃO VIGENTE.....</b>	<b>22</b>
3.1.1. Decreto de 21 de junho de 2006.....	22
3.1.2. Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011.....	23
3.1.3. Lei nº13.684, de 21 de junho de 2018.....	25
<b>3.2. PAPEL DA CONAB.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3. HISTÓRICO DE DOAÇÕES ENTRE OS ANOS 2011-2018.....</b>	<b>29</b>
3.3.1. Total por período.....	30
3.3.2. Total de doações entre os anos 2011 e 2018.....	30
3.3.3. Total por país.....	37
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Ao percorrer o território mundial encontramos países e regiões em estado emergencial, devido a guerras, conflitos, ou mesmo desastres naturais, necessitando de intervenção internacional através de ações humanitárias para a proteção dos direitos humanos daquela população local afetada. Para participar de iniciativas de apoio da comunidade internacional, o Brasil é autorizado, por meio da Lei Nº 12.429, de 20 de junho de 2011, a doar estoques públicos de alimentos para a Assistência Humanitária Internacional-AHI, desde que não comprometa o atendimento às populações vitimadas por eventos socionaturais adversos no território nacional.

Tambourgi (2012) relata o surgimento da assistência humanitária durante o século XIX como um instrumento de relação entre os Estados e o seu reconhecimento como prática legítima em 1984 na Convenção de Genebra, o que fez com que deixasse de ser apenas em casos de socorro às vítimas de guerra para a incorporação as emergências humanitárias, ou seja, em casos de ameaça e violações graves aos direitos humanos de populações, iniciando a utilização voltado para o desenvolvimento.

Dentro da evolução do panorama internacional citado, é identificada a inserção de países emergentes nesse domínio, como é o caso do Brasil, que acompanhou este progresso através da sua modificação de país beneficiado para país doador, e do seu desenvolvimento como produtor e exportador mundial de alimentos.

Com essa inclusão, através do Decreto de 21/06/2006, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, criado para coordenar os esforços brasileiros de ajuda humanitária e formular propostas de projeto de lei que visem autorização lato sensu para ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil. Com o objetivo de abordar como este grupo opera para a realização das doações e o papel que a Companhia Nacional de Abastecimento-Conab exerce no mesmo, surgiu o interesse pelo trabalho voltado pelo tema.

Sendo assim, o presente trabalho trata a Assistência Humanitária Internacional-AHI brasileira desde a sua origem na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento-CID, analisando o contexto na qual está inserida, as legislações vigentes e os processos para o seu funcionamento. Para isso, sua abordagem inicia-se por meio da pesquisa bibliográfica sobre a CID, a AHI e a Assistência Humanitária brasileira. Em seguida, através da análise de dados é apontado a legislação vigente, o papel da Conab dentro da política e o seu histórico de doações

entre os anos 2011 e 2018, afim de apresentar sua evolução durante o período de existência da Lei 12.429, de 20 de junho de 2011.

### 1.1. CARACTERIZAÇÕES DO ESTÁGIO

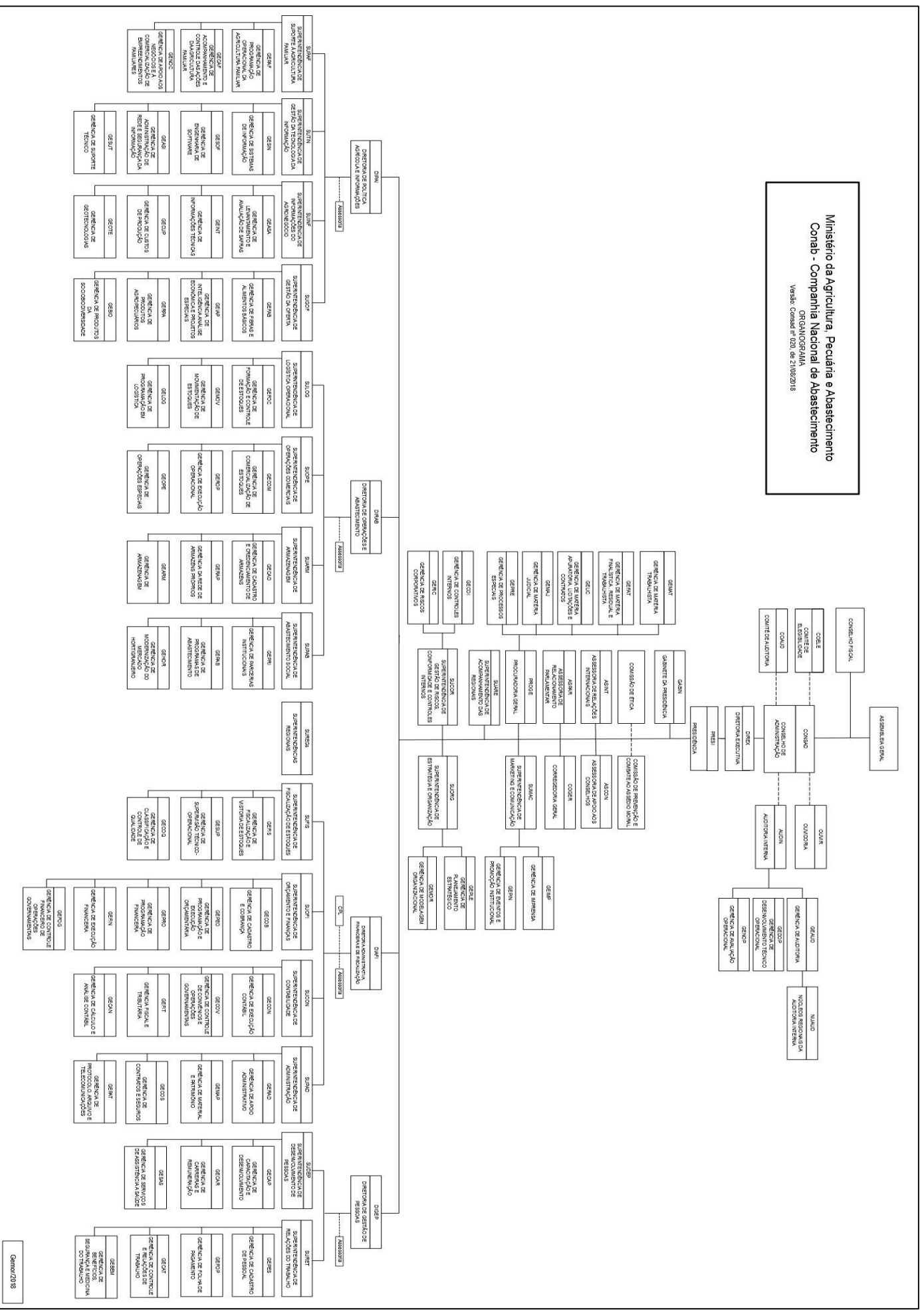
Este trabalho foi desenvolvido a partir da experiência de estágio da autora, entre os anos 2017 e 2019, vivenciados na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na qual a mesma ficou lotada na Superintendência de Operações Comerciais (Suope).

A Conab é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, que oferece ao Governo Federal brasileiro informações técnicas para embasar a sua tomada de decisão referente às políticas agrícolas, desta forma, fornecendo informações detalhadas e atualizadas quanto a produção agropecuária nacional através de levantamentos de previsão de safras, de custos de produção e armazenagem, de posicionamento dos estoques e de indicadores de mercado. Além disso, a mesma executa estratégias de inclusão social adotadas pelo Governo Federal e participa como órgão executor de programas e ações governamentais, como é o caso da Assistência Humanitária Internacional brasileira.

Quanto a organização administrativa, segue o Quadro 1 na página seguinte:



### Quadro 1: Organograma da Conab.



Subordinada a Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, a Suope, através de suas três gerências: Geope, Gerop e Gecom, é responsável pela execução e controle de todas as suas operações, atendendo demandas, elaborando, controlando e executando todos os leilões eletrônicos voltados para as políticas públicas desenvolvidas pela Conab, como é o exemplo da política externa de Assistência Humanitária Internacional, executada pela mesma.

Nestes dois anos a autora ficou responsável pelo gerenciamento e atendimento dos públicos pertencentes às operações, auxiliando no cadastramento obrigatório realizado em todas as operações da Companhia. Apesar de não estar envolvida na execução dos processos finais das operações, a autora despertou interesse ao tema, ao identificar demandas de leilões de trocas públicas de arroz para a construção de estoques para ser enviados nas ações de Assistência Humanitária Internacional Brasileira, visualizando a necessidade de abordagem aprofundada neste tema.

## 1.2. SITUAÇÃO PROBLEMA

A autora identificou durante seu estágio a necessidade de análise aprofundada sobre a execução e a evolução da Assistência Humanitária Internacional prestada pelo Brasil, particularmente no que se refere ao envio de alimentos, já que são poucos os trabalhos que abordam o tema.

## 1.3. OBJETIVOS

O objetivo principal do trabalho volta-se para a análise da Assistência Humanitária Internacional Brasileira, detalhando e ressaltando os principais processos da evolução desta política externa.

### 1.3.1. Objetivo Geral

Descrever a origem da Assistência Humanitária Internacional brasileira e os processos necessários para a sua realização, detalhando o papel da Companhia Nacional de Abastecimento

(Conab) e acordos vigentes para sua execução, possibilitando o levantamento do histórico de doações entre os anos 2011 e 2018.

#### 1.3.2. Objetivos específicos:

- a) Apresentar os conceitos de Assistência Humanitária Internacional e a origem da atuação brasileira, destacando sua relação com a segurança alimentar de países que se apresentam em crise humanitária;
- b) Destacar os processos necessários para a sua execução no Brasil;
- c) Compreender o papel da Conab na operação;
- d) Levantar o histórico quantitativo e de destinatários das doações entre os anos 2011 e 2018.

#### 1.4. JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento deste trabalho justifica-se pela compreensão da Assistência Humanitária Internacional através de doações de estoques públicos de alimentos do Brasil, amparado pela Lei Nº 12.429, de 20 de junho de 2011 e pelo Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, visto que influencia positivamente na reversão da situação calamitosa de alguns países e regiões, graças ao papel de execução de operações de doação de alimentos da Conab, através de leilões de troca para criação de estoques públicos, vivenciados durante o período de estágio supervisionado da discente na Companhia.

#### 1.5. METODOLOGIA

Conforme mencionado anteriormente, este trabalho aborda a descrição da Assistência Humanitária Internacional brasileira, detalhando sua atuação e execução conforme a evolução dos anos, desta forma, analisando os dados quantitativos coletados durante a elaboração do trabalho

Sendo assim, o relatório se apresenta como pesquisa descritiva, devido a descrição da política externa brasileira perante os dados já existentes pelas fontes citadas, sendo assim, expondo concepções e declarações sobre o tema. De acordo com Castro (1976, p.76), a pesquisa descritiva “se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas”.

Se apresenta com natureza qualitativa-quantitativa, já que utiliza dados qualitativos, fornecidos através de revisão bibliográfica e entrevista não estruturada. A entrevista foi feita com a gerente responsável pela política de AHI na Conab, pois quando ocorrida não houve estruturação em questões pré-definidas. Quanto aos dados quantitativos foram fornecidos também pela Companhia alguns já divulgados através do endereço eletrônico oficial da mesma e outros de forma primária pela área responsável.

Vale ressaltar que o período escolhido para análise está de acordo com o tempo de vigência da Lei nº12.429, de 20 de junho de 2011 até a época da elaboração desse trabalho. É através dessa lei que a Assistência Humanitária Internacional brasileira é regulada.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Este tópico abordará a pesquisa bibliográfica referente ao tema, destrinchando sua origem através da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a atuação internacional do Brasil quanto à Ajuda Humanitária.

### **2.1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO**

O SEBRAE Nacional (2019) ressalta o termo cooperação como uma ideia nova baseada em um relacionamento de interdependência entre pessoas com diferentes potenciais, com o objetivo de alcançar um bem comum. A partir dessa concepção e com o olhar voltado para as relações internacionais, encontramos a política externa nomeada “Cooperação Internacional para o Desenvolvimento”.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) surge ao final da Guerra Fria, através da união de esforços entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento a fim de eliminar dificuldades econômicas e sociais, tendo o desenvolvimento como objetivo central, e como dever comum o apoio a solidariedade entre povos, ressaltando a responsabilidade econômicas e sociais mundiais, na qual é partilhada igualmente por todos os envolvidos.

Com o passar dos anos surgiram outros agentes para integrar a mesma, como: organismos multilaterais, empresas, fundações filantrópicas, organizações não governamentais (ONGs) etc. Porém estas adesões não seguiram a um plano de execução, culminando em uma cooperação desnivelada, onde os Estados não desejavam harmonizar suas ações ou limitar sua autonomia.

Segundo Pino (2012, p.12) com o fim do conflito bipolar, a CID é vinculada ao papel de catalisadora de processos de reforma nos países em desenvolvimento, à manifestação do exercício de poder hegemônico na nova ordem mundial e à difusão de seus valores morais, como a “modernização”. Foi conferida a ela, ainda, a responsabilidade de contribuir com a estabilidade global e a segurança internacional, manifestando apoio ao combate a desestabilidades sociais e a fome profundamente enraizadas em comunidades de menor potencial econômico, esquecidas por seus governantes.

Entre os países que compõem o quadro de participantes da Cooperação Internacional, o Brasil se torna exemplo na Cooperação Sul-Sul, sendo o líder regional no âmbito cooperativo

na América do Sul, e um dos maiores países prestadores de cooperação internacional por doar ativamente em maior quantidade e eficácia quanto as políticas internas e externas voltadas para o cunho social e assistencialista.

Ainda de acordo com o autor, países como o Brasil converteram-se em atores globais que contribuem, por meio do diálogo multilateral de políticas, do financiamento e da execução de programas e projetos, para o desenvolvimento de outros países e para as atividades de organismos internacionais, gerando oportunidades para a ampliação de volumes e modalidades da CID.

Ao classificar a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional seguem os conjuntos de tipo: bilateral e multilateral, e de modalidades: técnicas, científica e tecnológica, bolsas de estudos para estrangeiros, ajuda humanitária, refugiados no Brasil, operações de paz e contribuições de orçamento brasileiro para organizações internacionais. Dentre estas modalidades, o presente trabalho volta o olhar para as ações sociais relacionadas à ajuda humanitária. Para maior aprofundamento, a seguinte seção irá discutir sobre a política externa brasileira de assistência humanitária.

O tópico a seguir tratará sobre a assistência humanitária, modalidade classificada dentro da política externa de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional tratada na seção anterior.

## 2.2. ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

Quanto aos propósitos da Nações Unidas referentes à cooperação:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.  
(CARTA DA ONU, 1945)

No que se refere a significados atribuídos a ONU são dispostos na Carta das Nações Unidas assinada em 1945, onde são definidos todos os princípios que a regem. O mesmo ocorre com a cooperação de caráter humanitário, ela surge intrinsecamente, sem definição exata, ou seja, conforme a evolução social a mesma foi se aprimorando, o que leva a variações de sua definição.

Ao fazer um levantamento bibliográfico sobre a definição do termo “Assistência Humanitária Internacional (AHI)” não foi possível encontrar uma significação exata, variando de acordo com a perspectiva e foco, determinados pelo âmbito onde os autores estão implantados.

Partindo desse princípio, foram encontradas duas percepções: a definição empregada pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE) do Brasil, que define como “toda e qualquer ação que contribua, de forma imediata e eficaz, para prevenir, proteger, preparar, evitar, reduzir, mitigar sofrimento e auxiliar outros países ou regiões que se encontrem, momentaneamente ou não, em situações de emergência, de calamidade pública, de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários de sua população” (BRASIL, 2010), e a definição voltada para a esfera social, empregada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) do Brasil, “a ajuda (logística, material, de recursos humanos ou financeiros, etc.) internacional que visa a salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter a dignidade humana” (BRASIL, 2010).

A partir dessas definições, foi possível reuni-las em uma única perspectiva, onde ambas se complementam, na qual a AHI é aplicada tanto com metodologia estratégica, visualizando a burocracia e esforços por trás do surgimento de demandas, quanto para a expectativa humanitária, na detecção do ferimento aos direitos humanos da sociedade presente nas regiões devastadas.

Em meados do século XIX a ação de Assistência Humanitária já era encontrada mundialmente quando identificadas situações de ameaça e violação dos direitos humanos, inicialmente realizadas para diminuir o sofrimento e impactos nos locais afetados pela guerra.

Segundo Tambourgi (2012, p.17), foi durante a Convenção de Genebra de 1984 que a Assistência Humanitária foi reconhecida como prática legítima. Até então, só autorizada em situações causadas pela guerra, o pensamento foi ampliado para também situações de caráter de emergências humanitárias, incluindo aquelas causadas por desastres naturais. Com o passar dos anos de experiências a mesma passou a ser um dos instrumentos utilizados para a promoção do desenvolvimento mundial, tornando uma ação para alívio de sofrimento imediato.

Como foi dito no parágrafo anterior, para detectar a precisão da ação de assistência humanitária precisa ser distinguido regiões em situações de emergências. Neste âmbito são consideradas situações de emergência aquelas que denigrem o direito mínimo humanitário originadas por desastres naturais, como: tsunamis, ciclones, furações, terremotos, etc., e aquelas consequências da ação da ação humana, como guerras, conflitos armados e a miséria. Ou seja, a qualquer sinal dessas situações de emergência poderá haver a ação internacional de

intervenção através da ajuda humanitária, variando seus tipos conforme o planejamento estratégico emergencial para aquela atuação.

A assistência humanitária é classificada em ações de curto, médio e longo prazo, realizadas de formas ágeis a partir da demanda enviada pelos países afetados, quando reconhecido que os direitos humanos e a soberania alimentar e nutricional daquela população foram feridos, em colaboração com o país afetado ou através das agências especializadas das Nações Unidas., como: a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura-FAO, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente- UNRWA, e o Programa Mundial de Alimentos- PMA. No IPEA 2011-2013 (p. 129) as ações de curto prazo são entendidas em respostas aos desastres socioambientais, os esforços feitos para enviar cestas básicas e/ou medicamentos, doação de alimentos, infraestruturas temporárias e contribuições financeiras internacionais atuantes *in loco*, buscando salvar vidas e aliviar o sofrimento humano. Já aquelas classificadas como médio e longo prazo, apresentam o intuito de prevenção e resposta das comunidades aos desastres socioambientais, disponibilizadas através do compartilhamento de políticas públicas e cooperação técnica, garantindo os direitos humanos junto aos grupos de vulnerabilidade.

### 2.3. ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA BRASILEIRA

Ao observar o histórico da Cooperação Humanitária Internacional detecta-se o Brasil com a condição inicial de receptor dessas ações. No final do século passado o Brasil se encontrava com grande parte de sua sociedade em caráter de fome e miséria, o que fez com que países voltassem o olhar para o combate dessas condições através da Cooperação Humanitária para o Desenvolvimento, despertando o empenho do governo que estava à tomar posse, fazendo com conquistassem a independência intelectual para o desenvolvimento políticas e estratégias para combate a fome em caráter nacional, baseadas nas experiências vivenciadas com as interferências humanitárias internacionais, erradicando a fome e tornando o país exemplo nas ações contra a fome.

Em análise da cooperação brasileira a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) (2016, p.12), caracteriza a sua evolução, como:

evoluiu, de forma gradual, para um modelo dual, em que o país, sem renunciar completamente à condição de recipiente de cooperação, passou também a se habilitar como prestador de cooperação, em diferentes prismas, entre eles a



ajuda humanitária ou cooperação humanitária (que é a terminologia corrente entre diversos atores governamentais e não governamentais brasileiros).

Diante desta evolução, é possível notar a identificação do Brasil como potência agrícola e econômica junto a comoção dos países emergentes para obterem participação na AHI e sua experiência em recipiente de cooperação, foram os principais motivos que alavancaram e impulsionaram o país a ganhar lugar no âmbito da cooperação. Ou seja, o país que antes se limitava a receber passou a prestar cooperação aos outros países em resposta a demandas oficialmente recebidas pelas entidades brasileiras.

### 2.3.1. O Brasil na Cooperação Humanitária

O MSF (2016 apud BINDER; MEIER, 2011) afirma que após o tsunami na costa do oceano Índico em 2004 o campo humanitário foi dominado por normas e interesses de governos e organizações do Ocidente, inclusive dos países emergentes que passaram a atuar de diferentes maneiras bilaterais e em diversas linhas, como em cenários pós desastres naturais ou pós-conflitos civis.

Os países emergentes também denominados “países em desenvolvimento” integram a comunidade internacional da cooperação humanitária com o foco em contribuições para auxílio de pessoas necessitadas, destacando casos de cooperação para o desenvolvimento e assistências pós-desastres, levantando o propósito de defesa aos direitos humanos e defendendo a soberania nacional da nação em que foi demandado o pedido de assistência humanitária. Este é o caso do Brasil.

O Brasil ganhou lugar em programas de cooperação a partir nos anos 1960, mas segundo a publicação da organização Médicos Sem fronteiras (2016) foi na última década em que a cooperação humanitária brasileira cresceu em importância, tanto em seu volume real quanto na expectativa internacional de que a presença brasileira seja mais significativa.

Contudo, como se sabe, o Brasil recebeu assistência internacionais para combate à fome e a miséria na década passada, influenciando o Estado a desenvolver políticas públicas tão eficazes a favor do combate à fome e a segurança alimentar e nutricional de sua sociedade, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passaram a promover internacionalmente estas políticas através cooperações técnicas, caracterizando a assistências humanitárias internacionais à longo prazo

no começo do século XXI e conquistando sua inclusão a agendas internacionais como prestador de cooperação.

Com intuito de aprofundar a criação da AHI no Brasil, a próxima sessão abordará o histórico brasileiro na cooperação internacional e justificar o seu amadurecimento político até os dias de hoje.

#### 2.3.1.1.Histórico

Em 1 de janeiro de 2004, no Ministério das Relações Exteriores, foi estabelecida a Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME), órgão responsável pela articulação operacional das ações humanitárias do governo brasileiro e pelo diálogo político sobre esses temas com conjunto aos órgãos internacionais e os demais envolvidos. Esta tem o objetivo de promover a cooperação humanitária internacional e a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Em 2006 percebeu-se através da evacuação de cidadãos brasileiros no Sul do Líbano, a necessidade de se estabelecer alguma estrutura de gestão e dotação orçamentária específica que permitisse a rápida mobilização de meios para a repatriação de cidadãos brasileiros em casos de emergências e que pudesse ser destinada a AHI. Pensando nisso, foi criado através do Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006 o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional (GTI-AHI), integrado por quinze ministérios, órgãos federais e o Itamaraty, como o coordenador.

Após a interferência de vários fatores, a partir de 2007 passa a pertencer aos 10 países com maiores economias, mudando o seu perfil dentro da cooperação humanitária brasileira e da segurança alimentar e nutricional.

As ações da CGFOME passam a ser divididas em doações: financeiras e de itens de primeira necessidade. No caso das doações financeiras o MRE fica responsável pelo seu orçamento e após 2007, por organizações nacionais e internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura- FAO, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Quanto às doações de itens de primeira necessidade, como: medicamentos, alimentos e abrigos, ficam sob responsabilidade da execução da Conab, o Ministério da Defesa (MD), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério de Integração (MI). No caso dos alimentos após 2011, a logística fica intermediada principalmente pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA).

O Brasil participou em 682 doações de AHI entre os anos 2006 e 2015. A responsabilidade destas foram variadas de acordo com a sua modalidade variando entre o MRE, MS, MD e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA.

Em 2018 foi implantada a Lei nº13.824, de 21 de junho de 2018, na qual foi fortalecido o viés da Cooperação Humanitária Internacional.

Vale ressaltar que com o passar dos anos o Brasil deixa de ser país beneficiado para ser país doador concomitantemente ao crescimento de produção e exportação de alimentos, o que resultou na cooperação técnica além da humanitária, repassando assim a sua experiência em combate a fome de sua população de políticas públicas eficazes como é o caso do PAA e PNAE, e técnicas e informações utilizadas durante a sua evolução no âmbito de produção e exportação de alimentos.

### 2.3.2. Tipos de Assistência Humanitária Internacional

Ao averiguar a contexto internacional detecta-se a comum utilização da Assistência Humanitária Internacional- AHI como uma das principais estratégias de políticas externas dos Estados. É através da AHI que os países exercem ações em função do desenvolvimento e provimento do alívio à populações e ambientes em situações de emergência após desastres, garantido os direitos humanos a aqueles que os integram.

No levantamento bibliográfico realizado foram detectados quatro autores que abordam os tipos de cooperação e AHI.

Tambourgi (2012 apud BARNETT; SNYDER 2008) afirma que criaram 4 categorias, sendo diferenciadas através de 2 variáveis, sendo elas: o conteúdo político (ou não) das ações e o grau de ambição delas. Na primeira variável corresponde o intuito dos agentes em alterar ou não o quadro político e de combater as causas socionaturais. Já a segunda variável retrata a aceitação ou não das restrições existentes no meio onde ocorre a ação, com relação a ambição em tentar impor mudanças que tragam melhores resultados para a ação em caso da não aceitação

Já Schmitz, Lima e Somaio (2010) comentam que o país tem operado de duas formas: o envio de doação em espécie ou a transferência em moeda para a aquisição desses bens pelas embaixadas brasileiras nos países beneficiários. No primeiro caso ocorrem em maioria dos casos doações de gêneros alimentícios, equipamentos e medicamentos, ou envio de especialistas.

Quanto a sua tipificação por prazos de atuação, o IPEA (2014) divide a atuação da cooperação humanitária brasileira por curto, médio e longo prazo de invenção aos apelos

internacionais. Na atuação de curto prazo, o foco está nas contribuições que buscam salvar vidas e aliviar o sofrimento humano, oriundos de catástrofes e situações emergenciais. Já nos casos de médio e longo prazos, a cooperação busca gerar resiliência, aumentando a capacidade de prevenção e de respostas das comunidades aos desastres socioambientais. São nas últimas situações citadas em que o Brasil aplica a suas experiências em práticas de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos humanos da população local, como é o caso do PAA e PNAE.

No âmbito do auxílio alimentar proveniente da cooperação humanitária, Lima, Rensi e Belmont (2016 apud CLAY, STOKKE, 2000, p.5) ressaltam dois tipos: a assistência alimentar (*food assistance*) e a ajuda alimentar (*food aid*). A assistência alimentar aborda a insegurança humanitária tanto transitória quanto crônica, envolvendo doação de dinheiro para a compra de alimentos, o barateamento artificial dos preços, o fornecimento direto de alimentos para serem consumidos no local de doação ou em casa e, ainda, programas mais elaborados de desenvolvimento. Já na ajuda alimentar entende-se com aquele auxílio na forma de commodities, podendo complementar os programas de assistência alimentar em três diferentes formas: ajuda direta, transações triangulares ou compras locais.

Analisando as definições acima citadas podemos compreender que existe uma relação intrínseca entre elas, pois as mesmas acenam paridades em auxílios emergenciais e pós desastres, ressaltando doações de itens de primeira necessidade, como: financeiras, gêneros alimentícios e medicamentos.

Dentro da ajuda humanitária de curto prazo encontramos a doação de alimentos em situações emergenciais. A mesma é executada no Brasil pela Companhia Nacional de Abastecimento- Conab, tornando-os temas principais do presente trabalho. Desta forma, em consideração ao seu teor a subseção a seguir destrinchará a temática.

#### 2.3.2.1. Doação de alimentos

Para Reis (2012 apud SCHMITZ, 2010, p.102) as doações na modalidade AHI são feitas através de envio de doações em espécie (em gêneros alimentícios, equipamentos e medicamentos) ou transferência em moeda para aquisição desses bens pelas embaixadas brasileiras nos países beneficiários.

Em meio as doações em espécie, destaca-se aqui a doação de alimentos, por ser a principal escolha brasileira. Ela é caracterizada por ser uma das principais políticas externas brasileiras utilizadas em assistências humanitárias à curto prazo. Ou seja, as mesmas são sempre

planejadas e enviadas após demandadas por organizações ou pelos próprios países favorecidos com o intuito de garantir os direitos humanos básicos à sua população em situação de emergência, ocasionadas por desastres socionaturais.

A fim de regularizar a assistência humanitária internacional brasileira em 2011, no governo de Dilma Rousseff, sancionou-se a Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011. A mesma autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para AHI, estipulando os limites de quantitativos à serem doados dos produtos: arroz, feijão, milho, leite em pó e semente de hortaliças; os países que poderão receber, como: Bolívia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Zimbábue, Cuba, aos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa Palestina, Sudão, Etiópia, República Centro-Africana, do Congo, Somali, Níger e Coreia; as organizações que participarão no seu planejamento, como: a Agência Brasileira de Cooperação(ABC), Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e a Companhia Nacional de Abastecimento como a executora das operação.

Cinco anos antes da criação da lei citada, o Decreto de 21 de junho de 2006 instituiu o Grupo de Trabalho de Interministerial sobre a Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI) para coordenação e formulação dos esforços e propostas de projeto de lei que visa a autorização lato sensu para ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil.

Quanto as responsabilidades das Doações de Estoques realizadas pela Conab:

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), define os quantitativos e respectivos destinatários dos produtos identificados no anexo da Lei (arroz, feijão, milho, leite em pó e semente de hortaliças), em coordenação com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA). A doação é realizada desde que não comprometa o atendimento às populações vitimadas por eventos socionaturais adversos no território brasileiro, e ocorre em casos de desastres socioambientais, catástrofes, calamidades públicas e insegurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2017)

A Conab contribui diretamente na execução das ações através da disponibilização dos produtos, na armazenagem e na logística de distribuição até os portos ou lugares brasileiros na qual a carga irá ser embarcada. Vale ressaltar que a sua responsabilidade se inicia ao receber a demanda do MRE e se sessa no momento em que a carga é embarcada, na etapa final do processo, passando a ser responsabilidade da coordenação do PMA e de suas parcerias estabelecidas em negociações internacionais, com países ou organizações, caracterizando as ações em acordos bilaterais, triangulares ou multilaterais.

### **3. ANÁLISE DE DADOS**

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), coordena o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária (GTI-AHI), criado através do Decreto de 21 de junho de 2006, na qual possibilita a construção de um alinhamento acerca da resposta humanitária fornecida pelo governo brasileiro. O GTI-AHI foi criado com os seguintes objetivos: coordenar os esforços brasileiros de Ajuda Humanitária Internacional e formular propostas de projetos de lei que visem a autorização lato sensu para ações humanitárias internacionais desenvolvidas pelo Brasil.

Nas disposições da ABC do MRE há também a Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH) com a responsabilidade de coordenar ações de resposta emergencial de caráter humanitário e acompanhar iniciativas de cooperação em temas humanitários junto aos organismos internacionais, assim como junto a outros parceiros governamentais e não governamentais. É através do CGCH em que há o acompanhamento de iniciativas sobre os temas nos organismos internacionais em que o Brasil participa, como: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura-FAO, Programa Mundial de Alimentos (PMA), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações-OIM, Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários-OCHA, Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos para o Oriente Próximo-UNRWA e Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastre (UNISDR).

A presente seção tratará da execução das ações de doações de alimentos, levando em consideração a legislação vigente, o papel da Conab e o histórico de doações entre os anos 2011 e 2018, período de vigor da Lei 12.429, de 20 de junho de 2011.

#### **3.1. LEGISLAÇÃO VIGENTE**

Ao fazer o levantamento do arcabouço das legislações vigentes na cooperação humanitária brasileira foram encontradas: o Decreto de 21 de junho de 2006, a Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011 e a Lei 13.684, de 21 de junho de 2018.

##### **3.1.1. Decreto de 21 de junho de 2006**

Através do Decreto de 21 de junho de 2006 cria-se o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional-GTI-AHI, composto por:

- I. Casa Civil da Presidência da República;
- II. Ministério das Relações Exteriores, que o coordenará;
- III. Ministério da Defesa;
- IV. Ministério da Justiça;
- V. Ministério da Fazenda;
- VI. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII. Ministério da Saúde;
- VIII. Ministério da Integração Nacional;
- IX. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- X. Secretaria-geral da Presidência da República;
- XI. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- XII. Ministério da Educação;
- XIII. Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- XIV. Ministério das Comunicações;
- XV. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O GTI-AHI foi criado levando em consideração “a importância de se aprimorar a coordenação entre os órgãos do Governo Federal responsáveis pela assistência humanitária internacional, conforme a Carta Humanitária e Normas Mínimas de Resposta Humanitária em Situação de Desastre” (BRASIL, Decreto de 21 de junho de 2006).

Fica determinado no Artigo 1º os dois objetivos que regem o GTI-AHI. Sendo eles: coordenar os esforços brasileiros de ajuda humanitária internacional; e formular propostas de projetos de lei que visem autorização lato sensu para ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil.

### 3.1.2. Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011

Através da Lei 12.429, de 20 de junho de 2011 é autorizado o Poder Executivo a doar estoques públicos de arroz, feijão, milho, leite em pó e sementes de hortaliças, para assistência humanitária internacional por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), desde que não comprometa às populações vitimadas no território nacional.

Conforme o parágrafo 1º, fica determinado: “As doações serão efetivadas por meio de termo firmado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e correrão à conta de

dotações orçamentárias da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA”.

Determina responsabilidades ao Ministério das Relações Exteriores de definir os quantitativos e respectivos destinatários dos produtos em coordenação com o PMA. E ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA: de autorizar o beneficiamento dos produtos que deverão ser enviados em alimentos prontos para o consumo, caso for necessário; e de disponibilizar os produtos livres, desembaraçados e embarcados nos navios, com o intermédio da Conab, por meios próprios ou terceirizados, de modo a correr todas as despesas, inclusive na forma de produto, à conta de fundos consignados no orçamento da União. Estas despesas não deverão afetar a implementação eficiente da PGPM e do PAA.

Quanto ao frete e demais despesas logísticas deverão ser cobertas pelo PMA, ou em casos excepcionais, quando o mesmo não puder arcar com as despesas, esses deverão ser cobertos pela União.

A legislação determina em seu anexo os produtos e o quantitativos limites que poderão ser doados de modo a não influenciar no abastecimento da população brasileira. Segue a baixo o Quadro 2, com os determinantes:

**Quadro 2:** Anexo “Produtos a serem enviados” da Lei.429, de 20 de junho de 2011.

<b>PRODUTOS A SEREM ENVIADOS</b>	<b>LIMITES(toneladas)</b>
Arroz	Até 1.000.000 ton.
Feijão	Até 100.000 ton.
Milho	Até 100.000 ton.
Leite em pó	Até 10.000 ton.
Sementes de hortaliças	Até 1 ton.

Fonte: Lei 12.429, de 20 de junho de 2011(adaptado).

Além de seguir as determinantes do produto estipulado pelo MRE e o PMA, as doações devem também adotar o envio através dos portos do Rio de Janeiro, de Santos, de Paranaguá, de Itajaí e de Rio Grande, para somente os seguintes países:

1. Estado Plurinacional da Bolívia;
2. República de El Salvador;
3. República da Guatemala;
4. República do Haiti;
5. República da Nicarágua;
6. República do Zimbábue;



7. República de Cuba;
8. Autoridade Nacional Palestina;
9. República do Sudão;
10. República Democrática Federal da Etiópia;
11. República Centro-Africana;
12. República Democrática do Congo;
13. República Democrática Somali;
14. República do Níger;
15. República Democrática Popular da Coreia;
16. Países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

### 3.1.3. Lei nº13.684, de 21 de junho de 2018

A partir da Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018 foram dispostas as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, observando os acordos internacionais relacionados ao qual o Brasil faz parte.

Segundo o seu Art. 3º considera-se:

I – situação de vulnerabilidade: condição emergencial e urgente que evidencie a fragilidade da pessoa no âmbito da proteção social, decorrente de fluxo migratório desordenado provocado por crise humanitária; II – proteção social: conjunto de políticas públicas estruturadas para prevenir e remediar situações de vulnerabilidade social e de risco pessoal que impliquem violação dos direitos humanos; e III – crise humanitária: situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave e generalizada violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário que cause fluxo migratório desordenado em direção a região do território nacional (BRASIL, Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, Art. 3º)

A mesma declara como objetivo das medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária, como: articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos. Além disso, define também o cunho político a qual deseja influenciar.

Quanto a cooperação humanitária, a lei declara através do seu Art. 11º:

A União poderá prestar cooperação humanitária, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, a fim de apoiar países ou populações que se encontrem em estado de conflito armado, de desastre natural, de calamidade pública, de insegurança alimentar e nutricional ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população (BRASIL, Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, Art. 11º)

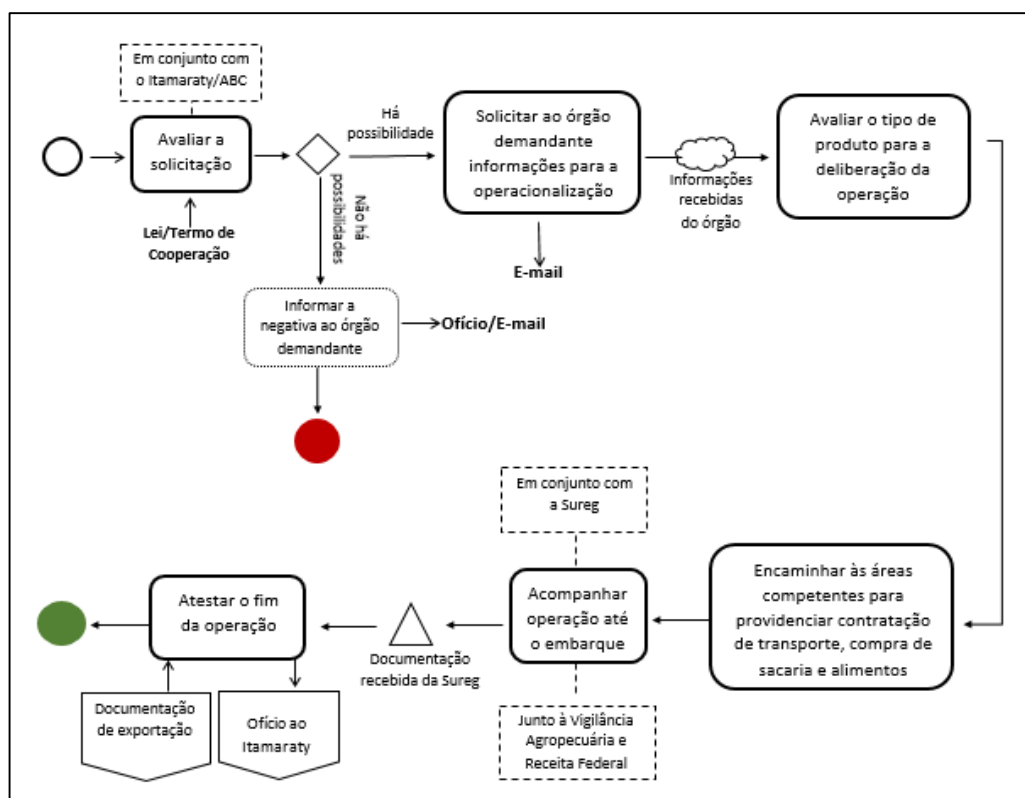
O âmbito da AHI brasileira baseia-se principalmente no Art. 11º, pois é nele em que se define e fortalece a atuação na qual a cooperação humanitária brasileira poderá intervir e qual o principal órgão federal responsável pela mesma.

### 3.2. PAPEL DA CONAB

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura e Abastecimento-MAPA. A Conab possui a missão de “promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas” (BRASIL, 2017). Além de sua missão, possui a responsabilidade de executar estratégias de inclusão social, adotadas pelo Governo Federal, gerando emprego e renda ao público alvo.

Ressalte-se aqui a função de executora da operação de alimentos à Assistência Humanitária Internacional em atendimento à Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011. A mesma passou a integrar o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional-GTI-AHI através do Decreto de 21 de junho de 2006. Para maior detalhamento do fluxo que a demanda percorre, segue abaixo o Quadro 3 com o fluxograma da operação.

**Quadro 3:** Fluxograma Assistência Humanitária Internacional.



Fonte: Conab (2019)

A solicitação de ajuda humanitária é enviada pelo país que deseja ser beneficiado ou por alguma organização responsável atuante naquele país, junto ao Programa Mundial de Alimentos- PMA. Quando recebida pelo Brasil, por vias oficiais, a mesma irá passar por uma avaliação do Itamaraty, da Agência Brasileira de Cooperação-ABC e da Conab perante a legislação e os termos exigidos. Nesta análise o Itamaraty e a ABC irão determinar a quantidade e o produto que irão ser enviados, após a determinação do quantitativo a Conab analisará a possibilidade de atendimento da demanda, observando se há disponibilidade do produto e quais armazéns ele se encontra disponível.

A solicitação só será aprovada caso não comprometa o abastecimento nacional e o atendimento de vítimas em situações emergenciais adversas no território pertencente ao Brasil. Caso não seja aprovada, o Itamaraty terá a responsabilidade de enviar ofício e/ou e-mail informando a negatividade da ação. Quando aprovada, o fluxo da demanda seguirá, será enviado um e-mail de solicitação das informações necessárias para a operacionalização ao órgão demandante.

Após a resposta enviada pelos órgãos demandantes com as informações necessárias para o seguimento da operacionalização, a Conab irá avaliar qual o tipo de produto para a deliberação

da operação. Feito isso, será encaminhado às áreas competentes para providenciar a contratação de transporte, compra de sacaria e alimentos.

Quando já providenciado e repassado as responsabilidades para as partes competentes, resta acompanhar a operação até o embarque em conjunto com a Sureg (Unidade da Conab estadual) responsável pela entrega do produto, a Vigilância Agropecuária e a Receita Federal. Ao entregar o produto, a Sureg recebe a documentação comprobatória da operação, permitindo o embarque dos produtos rumo ao país de destino.

Ao embarcar o produto rumo ao país de destino, a organização demandante recebe a documentação de exportação e expede concomitantemente um ofício ao Itamaraty, atestando o fim da operação, cessando-se a partir daí a sua responsabilidade.

Quanto os leilões executados pela Conab para a execução da doação:

O processo para a contratação de transportes dos produtos que estão em estoque é executado pela Conab, via leilões. No caso do arroz, da mesma forma em leilão público, é realizada ainda uma operação de troca do produto em casca pelo beneficiado, próprio para consumo humano (IPEA: ABC,2018)

Ressalta-se a variação do fluxograma da demanda de acordo com o termo de cooperação estabelecido entre as partes, possibilitando a parceria de terceiros órgãos ou países na execução da operação estabelecidas através de negociações internacionais, de modo que financiem a etapa final. Por exemplo, em acordos trilaterais, a organização x se responsabiliza pela solicitação e intermediação da doação, já o Brasil pelo produto solicitado e o outro país pela embalagem e logística da operação. Sendo assim, a responsabilidade brasileira passa a se encerrar na entrega do produto para embalagem.

Segundo o IPEA (2018, p.190) a Conab atua diretamente na disponibilização dos produtos, na armazenagem e na logística de distribuição até os portos brasileiros escolhidos, por tanto, ela é responsável pela adequação e movimentação das doações até o seu embarque. Estes processos são executados via leilões públicos para contratação de transportes dos produtos que estão em estoque. Quanto ao arroz, é realizado leilão de troca do produto em casca armazenado pela Companhia pelo beneficiado, já embalado e próprio para consumo humano, diferente dos outros produtos que já estão em estoque público em maioria das vezes, caso contrário, realiza-se leilões de compra, permitidos pelo MAPA, para composição e complemento dos estoques públicos.

Como é notório, a responsabilidade da Conab se encerra ao embarcar a carga para o país destino, passando a ser responsabilidade do PMA ou das instituições ou países que pertencem a aquele acordo. Quando a carga chega ao país beneficiado a Conab é notificada pelo responsável através de ofício, declarando assim a operação como concluída.

Ao realizar a pesquisa de dados, a entrevista com gerente responsável e vivenciar a rotina de alguns leilões de compra e venda e simultânea de arroz para Assistência Humanitária Internacional em 2018, não foi encontrado nenhum gargalo no fluxograma da realização das doações, já que todos os processos e responsabilidades são bem definidas pelos participantes, ou seja, no caso da Conab, da execução até os pontos de embarque.

O período do ano 2019 não foi abordado, mas ocorreu uma doação para Venezuela em 23 de janeiro deste ano que deve ser enfatizada para esclarecer o papel da Conab nos envios. Nesse caso o governo brasileiro se juntou ao Estados Unidos e à Colômbia para enviar doações emergenciais para a Venezuela, país que passa por crise humanitária, com a intervenção do presidente interino Juan Guaidó, sem auxílio da Organização das Nações Unidas-ONU. Foram enviados dois caminhões venezuelanos carregados de alimentos e medicamentos partindo de Pacaraima-RR, todavia, houveram intensos conflitos que impediram o procedimento da operação. A responsabilidade da Conab iniciou na execução das doações de alimentos e se encerrou na entrega dos produtos no local marcado, sendo assim, a carga passou a ser responsabilidade do Ministério de Relações Exteriores-MRE. Ou seja, segundo a gerente responsável, entrevistada no início desse trabalho, quando a carga voltou ao Brasil, a sua armazenagem ficou a cargo do MRE e não da Conab, pois a sua função já tinha sido executada e atestada por ofício de entrega.

Vale lembrar, que a empresa atua também no âmbito da cooperação para desenvolvimento internacional a longo prazo através da cooperação técnica, capacitando instituições de países em menor estágio de desenvolvimento, sob demanda da ABC, MRE e organizações internacionais, como a FAO.

Por exemplo, nas ações e práticas na América Latina e Caribe, entre 2014 e 2016 ela teve como objetivo de contribuir para a criação de mecanismo na promoção do abastecimento social, fortalecendo a agricultura familiar e os instrumentos de política agrícola local.

### 3.3. HISTÓRICO DE DOAÇÕES ENTRE OS ANOS 2011-2018

Na presente seção será tratado o histórico de doações entre os anos 2011 e 2018, período de vigência da Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011. A mesma fará uma análise do quantitativo

disponibilizado pela Conab no âmbito total da quantidade total de quilos de alimentos doados durante o período, por ano e por país.

### 3.3.1. Total por período

Ao levantar o quantitativo de doações foram encontrados no banco de dados da Conab as seguintes quantidades, classificando-as por produtos já enviados, por ano e por total no período na Tabela 1 a seguir:

**Tabela 1:** Assistência Humanitária Internacional Brasileira no período entre 2011 e 2018.

<b>2011-2018</b>				
<b>ANO</b>	<b>ARROZ (KG)</b>	<b>FEIJÃO (KG)</b>	<b>MILHO EM GRÃOS (KG)</b>	<b>TOTAL DE ALIMENTOS NO ANO (KG)</b>
2011	26.073.950	33.227.109	28.106.419	89.356.019
2012	157.238.337	5.972.575	32.167.644	195.378.556
2013	26.034.545	233.230	0	26.267.775
2014	12.100.000	0	0	12.100.000
2015	10.815.939	5.663.566	0	16.479.504
2016	1.982.000	0	0	1.982.000
2017	0	0	0	0
2018	8.019.000	0	0	8.019.000
<b>TOTAL</b>	<b>242.263.771</b>	<b>45.096.480</b>	<b>60.274.063</b>	<b>349.582.854</b>

**Fonte:** Conab (tabela adaptada).

A partir da tabela acima é possível observar que os produtos enviados entre os anos 2011 e 2018 foram apenas o arroz, o feijão e o milho, somando 349.582.854 kg. Dentro dos três produtos, o arroz foi o mais enviado com 242.263.771 kg, seguido do milho com 60.274.063 kg e do feijão com 45.096.480 kg.

Observando o total por ano, 2012 foi identificado com a maior quantidade de doações alcançando 195.378.556 kg, com 56% do total no período. Em contrapartida, no ano de 2017 não foram realizadas nenhuma doação para ajuda humanitária.

Ao questionar a informação do ano 2017 na entrevista com a gerente da área responsável, foi informado que não houve doações devido o Brasil não ter recebido solicitações internacionais para demandas de doação de estoques brasileiros em seus canais oficiais.

### 3.3.2. Total de doações entre os anos 2011 e 2018

Neste subtópico será analisado em ordem cronológica, cada ano do período escolhido, separadamente, ou seja, dos anos 2011 a 2018, de forma respectiva. Começando por 2011 na Tabela 2 abaixo:

**Tabela 2:** Assistência Humanitária Internacional em 2011

ANO DE 2011				
PAÍS BENEFICIADO	ARROZ(KG)	FEIJÃO(KG)	MILHO EM GRÃOS (KG)	TOTAL DE ALIMENTOS NO ANO (KG)
CORÉIA DO NORTE	0	0	16.436.449	16.436.449
EL SALVADOR	0	300.000	0	300.000
ETIÓPIA	7.024.390	500.000	0	7.524.390
GUATEMALA	0	1.785.000	0	1.785.000
HAITI	15.000.000	9.543.002	0	24.543.002
MOÇAMBIQUE	4.049.560	2.245.541	0	6.295.101
NICARÁGUA	0	1.009.000	0	1.009.000
SOMÁLIA	0	13.419.398	11.669.970	25.089.368
SRI LANKA	0	800.000	0	800.000
SUDÃO	0	3.536.718	0	3.536.718
ZIMBÁBUE	0	88.450	0	2.036.991
<b>TOTAL</b>	<b>26.073.950</b>	<b>33.227.109</b>	<b>28.106.419</b>	<b>89.356.019</b>

Fonte: Conab (tabela adaptada).

Em 2011 o Brasil atendeu 11(onze) demandas de assistência humanitária através de doações de alimentos, tendo a África como principal continente beneficiado no ano. Os países atendidos foram: Coréia do Norte, El Salvador, Etiópia, Guatemala, Haiti, Moçambique, Nicarágua, Somália, Sri Lanka, Sudão e Zimbábue, totalizando 89.356.019 kg de doações, tendo o feijão como o produto como o produto mais enviado com 33.227.109 kg, seguido do milho com 28.106.419 kg e do arroz com 26.073.950 kg.

Destaca-se a Somália como maior receptor com 28% do quantitativo total do ano, com doações somente de feijão e milho, e El Salvador com 0,3% das doações, sendo atendido com apenas 300 mil kg de feijão.

Para a análise de 2012, segue Tabela 3 abaixo:

**Tabela 3:** Assistência Humanitária Internacional em 2012.

ANO DE 2012				
PAÍS BENEFICIADO	ARROZ(KG)	FEIJÃO(KG)	MILHO EM	TOTAL DE ALIMENTOS NO ANO (KG)

			<b>GRÃOS (KG)</b>	
BANGLADESH	7.000.000	0	0	7.000.000
BOLÍVA	200.000	0	0	200.000
BULGÁRIA	0	3.000	0	3.000
BURKINA FASO	1.000.000	0	0	1.000.000
CABO VERDE	300.000	0	0	300.000
CAMARÕES	3.488.244	0	0	3.488.244
CHADE	997.000	0	0	997.000
CONGO	8.792.800	360.000	0	9.152.800
CORÉIA DO NORTE	0	4.600.000	0	4.600.000
CUBA	24.964.200	0	0	24.964.200
EL SALVADOR	1.970.000	297.575	0	2.267.575
EQUADOR	280.000	0	0	280.000
ETIÓPIA	14.554.600	0	0	14.554.600
GÂMBIA	3.500.000	0	0	3.500.000
GUATEMALA	2.180.000	0	0	2.180.000
GUINÉ-BISSAU	200.000	320.000	0	520.000
HAITI	24.275.196	0	0	24.275.196
HONDURAS	5.319.340	0	683.624	6.002.964
MADAGASCAR	1.150.000	292.000	0	1.442.000
MOÇAMBIQUE	600.000	0	0	600.000
MALI	5.700.000	0	0	5.700.000
MAURITÂNIA	2.553.300	0	0	2.553.300
NICARÁGUA	3.279.000	100.000	0	3.379.000
QUÊNIA	10.672.731	0	0	10.672.731
REP.CENT.AFRICANA	1.121.000	0	0	1.121.000
SÃO THOME E PRINCIPE	225.000	0	0	225.000
SENEGAL	7.564.000	0	0	7.564.000
SOMÁLIA	7.019.870	0	31.484.020	38.503.890
SRI LANKA	6.788.556	0	0	6.788.556
SUAZILÂNDIA	1.000.000	0	0	1.000.000
TIMOR LESTE	225.000	0	0	225.000
UGANDA	1.882.500	0	0	1.882.500
ZIMBÁBUE	8.436.000	0	0	8.436.000
<b>TOTAL</b>	<b>157.238.337</b>	<b>5.972.575</b>	<b>32.167.644</b>	<b>195.378.556</b>

**Fonte:** Conab (tabela adaptada).

No ano de 2012 foram encontradas através dos relatórios da Conab trinta e três (33) doações realizadas pelo governo brasileiro, totalizando 195.378.556 kg de doações em alimentos, em forma dos produtos arroz, feijão e milho em grãos, como no ano anterior. Com



157.238.337 kg o alimento com maior representatividade nas referidas doações foi o arroz beneficiado.

Vinte e duas (22) das trinta e três (33) doações foram enviadas para o continente africano, totalizando 96.3% do total enviado, com 188.175.556 kg de alimentos, sendo 150.038.337 kg de arroz, 5.969.575 kg de feijão e 31.167.644 kg de milho em grãos.

Já no ano 2013, o quantitativo de doações caiu para 26.267.775 kg de alimentos, através de dezesseis (16) doações. Segue a Tabela 4 com o extrato das doações realizadas em 2013:

**Tabela 4:** Assistência Humanitária Internacional em 2013

ANO DE 2013				
PAÍS BENEFICIADO	ARROZ(KG)	FEIJÃO(KG)	MILHO EM GRÃOS (KG)	TOTAL DE ALIMENTOS NO ANO (KG)
ARGÉLIA	2.170.000	0	0	2.170.000
BANGLADESH	895.000	0	0	895.000
BOLÍVIA	300.000	0	0	300.000
BURUNDI	2.000.000	0	0	2.000.000
CONGO	524.165	0	0	524.165
EL SALVADOR	1.004.521	0	0	1.004.521
EQUADOR	345.000	233.230	0	578.230
ETIÓPIA	1.513.203	0	0	1.513.203
GUATEMALA	5.055.656	0	0	5.055.656
HONDURAS	7.596.153	0	0	7.596.153
MADAGASCAR	1.000.000	0	0	1.000.000
NICARAGUA	1.694.497	0	0	1.694.497
SÃO THOME E PRÍNCIPE	180.000	0	0	180.000
SOMÁLIA	1.574.850	0	0	1.574.850
UGANDA	117.500	0	0	117.500
ZIMBÁBUE	64.000	0	0	64.000
<b>TOTAL</b>	<b>26.034.545</b>	<b>233.230</b>	<b>0</b>	<b>26.267.775</b>

**Fonte:** Conab (tabela adaptada).

Como pode ser observado, a África continuou sendo o continente com maior número de solicitações atendidas, tendo onze (11) das doações totais neste ano. Ressalta-se também que não houveram doações de milho em grãos. Sendo doados somente o arroz beneficiado e o feijão.

No caso do feijão, ocorreu apenas uma doação de 233.230 kg, todavia, foi complementada com 345 mil quilos de arroz enviada para o Equador. Sendo assim, é possível

dizer que o arroz foi o principal produto no ano. Como é o caso do ano 2014 também, disponível a seguir.

**Tabela 5:** Assistência Humanitária Internacional em 2014

ANO DE 2014				
PAÍS BENEFICIADO	ARROZ(KG)	FELJÃO(KG)	MILHO EM GRÃOS (KG)	TOTAL DE ALIMENTOS NO ANO (KG)
CISJORDÂNIA-UNRWA	451.500	0	0	451.500
GAZA-UNRWA	7.071.000	0	0	7.071.000
JORDÂNIA-UNRWA	731.000	0	0	731.000
LÍBANO-BEIRUTE-UNRWA	795.000	0	0	795.000
NICARÁGUA	600.000	0	0	600.000
SÍRIA-UNRWA	2.451.000	0	0	2.451.000
<b>TOTAL</b>	<b>12.099.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.099.500</b>

Fonte: Conab (2014) (adaptada).

Diferente de 2013, em 2014 só houve seis (6) doações, todas sendo de arroz, sem presença dos outros produtos. A maioria dos destinos passaram a ser pertencentes ao continente asiático, tornando-o o ano com maior presença de países da região da Palestina, o que se deve ao aumento notório da crise social proporcionada pelos conflitos armados da guerra de cunho político-religioso presente na região.

Devido ao grande fluxo migratório da população refugiada da Palestina, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina para o Oriente Próximo-UNRWA dá assistência a cinco milhões de refugiados da Palestina. A Agência mantém escolas, clínicas, centros de distribuição de alimentos em 58 campos de refugiados na região e em outros locais na Cisjordânia, Gaza, Síria, Jordânia e Líbano.

Com o intuito de manter esses locais a UNRWA solicitou doações para o abastecimento dos seus cinco postos de atendimento fora da Palestina, compondo 95% do total do quantitativo das doações enviadas. Para o arrecadamento da quantidade foram executados pela Conab os leilões de troca pública 31, 32, 33, 34,35, 90, 91, 92, 93 e 94 do ano de 2014, retirando 27.294.754,1 kg de arroz em casca dos armazéns em troca de 11.500.000 kg de arroz beneficiado e ensacado entregue nos respectivos portos determinados nos avisos.

No mesmo ano também houve uma única doação para fora da região da Palestina, sem intermédio da UNRWA, para o país Nicarágua com 600 mil quilos de arroz beneficiado. Com essa quantidade somasse 12.099.500 kg de arroz doados para AHI nesse ano. Deste total 7.071.000 kg foram enviados unicamente para Gaza, elegendo o maior país receptor no ano.

Já em 2015, diferente do ano anterior, o principal continente receptor voltou a ser a África, com 6.797.939 kg, 75,6% do quantitativo total de doações no ano, com a volta da presença do feijão como um dos produtos enviados, alcançando sete (7) dos nove (9) envios. A análise das referidas doações do ano está disponível na Tabela 6 a seguir.

**Tabela 6:** Assistência Humanitária Internacional em 2015

<b>ANO DE 2015</b>				
<b>PAÍS BENEFICIADO</b>	<b>ARROZ (KG)</b>	<b>FEIJÃO (KG)</b>	<b>MILHO EM GRÃOS (KG)</b>	<b>TOTAL DE ALIMENTOS NO ANO (KG)</b>
ARGÉLIA	450.000	1.078.129	0	1.528.129
CUBA	2.393.306	1.187.236	0	3.580.542
GAZA-UNRWA	4.018.000	0	0	4.018.000
GUATEMALA	1.000.000	2.993.725	0	3.993.725
GUINÉ	901.700	0	0	901.700
LIBÉRIA	901.700	0	0	901.700
MALAUI	0	404.475	0	404.475
REP. CENT. AFRICANA	249.533	0	0	249.533
SERRA LEOA	901.700	0	0	901.700
<b>TOTAL</b>	<b>10.815.939</b>	<b>5.663.565</b>	<b>0</b>	<b>16.479.504</b>

**Fonte:** Conab (tabela adaptada).

Os outros 24,4% das doações, totalizando 4.018.000 kg dos produtos enviados, tiveram como o destino Gaza, a pedido da UNRWA. Levando a perceber que mesmo com a maior presença de outros países, até 2015, a região pertencente a Palestina permanece sendo a maior receptora de quantidades de alimentos doados pelo Brasil.

No que se refere aos anos do período entre 2016 e 2018, seguem as Tabelas 7, 8 e 9 abaixo:

**Tabela 7:** Assistência Humanitária Internacional em 2016

<b>ANO DE 2016</b>				
<b>PAÍS BENEFICIADO</b>	<b>ARROZ (KG)</b>	<b>FEIJÃO (KG)</b>	<b>MILHO EM GRÃOS (KG)</b>	<b>TOTAL DE ALIMENTOS NO ANO (KG)</b>
GAZA-UNRWA	1.982.000	0	0	1.982.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.982.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.982.000</b>

**Fonte:** Conab (tabela adaptada).

**Tabela 8:** Assistência Humanitária Internacional em 2017

ANO DE 2017				
PAÍS BENEFICIADO	ARROZ (KG)	FEIJÃO (KG)	MILHO EM GRÃOS (KG)	TOTAL DE ALIMENTOS NO ANO (KG)
-	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>000</b>

**Fonte:** Dados primários.

**Tabela 9:** Assistência Humanitária Internacional em 2018

ANO DE 2018				
PAÍS BENEFICIADO	ARROZ (KG)	FEIJÃO (KG)	MILHO EM GRÃOS (KG)	TOTAL DE ALIMENTOS NO ANO (KG)
GAZA-UNRWA	8.019.000	0	0	8.019.000
<b>TOTAL</b>	<b>8.019.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8.019.000</b>

**Fonte:** Dados primários.

No período entre os anos 2016 e 2018 foram doados 10.001.000 kg de arroz beneficiado unicamente para Gaza, por intermédio da UNRWA. Do total enviado 1.982.000 kg pertencem ao quantitativo de 2016 e o restante de 8.019.000 kg ao ano de 2018.

Como é possível visualizar na Tabela 8, em 2017 não houve doações emergenciais de nenhum produto de origem alimentar para regiões internacionais. Isso se deve à falta de solicitações por países ou comunidades internacionais para o envio de Assistência Humanitária do Brasil nos postos oficiais, como: consulados, embaixadas e o Ministério das Relações Exteriores.

Vale ressaltar que para a análise dos anos 2017 e 2018 foram feitas coleta de dados primários na Companhia Nacional de Abastecimento-Conab para a elaboração do trabalho, pois a mesma não havia disponibilizado em suas fontes oficiais o relatório desses anos, devido o ano de 2017 não ter ocorrido solicitações e por 2018 ter terminado recentemente, o que não impossibilita o levantamento de dados para a elaboração dos relatórios da Assistência Humanitária Brasileira, executada pela Conab.

### 3.3.3 Total por país

Para a realização da análise por país beneficiado dentro do período escolhido para a elaboração do trabalho, segue a Tabela 10 com os respectivos quarenta e cinco (45) países, suas quantidades e porcentagens de participação no total de alimentos entre os anos 2011 e 2018, classificados por ordem alfabética.

**Tabela 10:** Assistência Humanitária Internacional por País entre 2011 e 2018.

<b>TOTAL POR PAÍS (2011-2018)</b>					
<b>PAÍS</b>	<b>ARROZ (KG)</b>	<b>FEIJÃO (KG)</b>	<b>MILHO EM GRÃOS (KG)</b>	<b>TOTAL DE ALIMENTOS NO PERÍODO (KG)</b>	<b>%</b>
<b>ARGÉLIA</b>	450.000	1.078.129	0	1.528.129	0,45%
<b>BANGLADESH</b>	7.895.000	0	0	7.895.000	2,34%
<b>BOLÍVA</b>	500.000	0	0	500.000	0,15%
<b>BULGÁRIA</b>	0	3.000	0	3.000	0,00%
<b>BURUNDI</b>	2.000.000	0	0	2.000.000	0,59%
<b>BURKINA FASO</b>	1.000.000	0	0	1.000.000	0,30%
<b>CABO VERDE</b>	300.000	0	0	300.000	0,09%
<b>CAMARÕES</b>	3.488.244	0	0	3.488.244	1,03%
<b>CHADE</b>	997.000	0	0	997.000	0,29%
<b>CONGO</b>	9.316.965	360.000	0	9.676.965	2,86%
<b>COREIA DO NORTE</b>	0	4.600.000	16.436.449	21.036.449	6,22%
<b>CISJORDÂNIA- UNRWA</b>	451.500	0	0	451.500	0,13%
<b>CUBA</b>	27.357.506	1.187.236	0	28.544.742	8,44%
<b>EL SALVADOR</b>	2.974.521	597.575	0	3.572.096	1,06%
<b>EQUADOR</b>	625.000	233.230	0	858.230	0,25%
<b>ETIÓPIA</b>	23.092.193	500.000	0	23.592.193	6,98%
<b>GÂMBIA</b>	3.500.000	0	0	3.500.000	1,04%
<b>GAZA-UNRWA</b>	21.090.000	0	0	21.090.000	6,24%
<b>GUATEMALA</b>	8.235.656	4.778.725	0	13.014.381	3,85%
<b>GUINÉ</b>	901.700	0	0	901.700	0,27%
<b>GUINÉ-BISSAU</b>	200.000	320.000	0	520.000	0,15%
<b>HAITI</b>	39.275.196	9.543.002	0	48.818.198	14,44%
<b>HONDURAS</b>	12.915.493	0	683.624	13.599.117	4,02%
<b>JORDÂNIA-UNRWA</b>	731.000	0	0	731.000	0,22%
<b>LÍBANO-BEIRUTE- UNRWA</b>	795.000	0	0	795.000	0,24%
<b>LIBÉRIA</b>	901.700	0	0	901.700	0,27%
<b>MADAGASCAR</b>	2.150.000	292.000		2.442.000	0,72%
<b>MALAUI</b>	0	404.475	0	404.475	0,12%

<b>MALI</b>	5.700.000	0	0	5.700.000	1,69%
<b>MAURITÂNIA</b>	2.553.300	0	0	2.553.300	0,76%
<b>MOÇAMBIQUE</b>	4.649.560	2.245.541	0	6.895.101	2,04%
<b>NICARÁGUA</b>	4.847.797	1.009.000	0	5.856.797	1,73%
<b>QUÊNIA</b>	10.672.731	0	0	10.672.731	3,16%
<b>REP.CENT.AFRICANA</b>	1.370.533	0	0	1.370.533	0,41%
<b>SÃO THOME E PRINCEPE</b>	405.000	0	0	405.000	0,12%
<b>SENEGAL</b>	7.564.000	0	0	7.564.000	2,24%
<b>SERRA LEOA</b>	901.700	0	0	901.700	0,27%
<b>SÍRIA-UNRWA</b>	2.451.000	0	0	2.451.000	0,72%
<b>SOMÁLIA</b>	8.594.720	13.419.398	43.153.990	65.168.108	19,28%
<b>SRI LANKA</b>	6.788.556	800.000	0	7.588.556	2,24%
<b>SUAZILÂNDIA</b>	1.000.000	0	0	1.000.000	0,30%
<b>SUDÃO</b>	0	3.536.718	0	3.536.718	1,05%
<b>TIMOR LESTE</b>	225.000	0	0	225.000	0,07%
<b>UGANDA</b>	2.000.000	0	0	2.000.000	0,59%
<b>ZIMBÁBUE</b>	0	88.450	0	2.036.991	0,60%
<b>TOTAL</b>	<b>230.867.571</b>	<b>44.996.479</b>	<b>60.274.063</b>	<b>338.086.654</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Conab (tabela adaptada).

Com intuito de analisar os dados referentes aos países, foi identificado: os maiores e menores produtos doados, os maiores e menores países beneficiados e os continentes que prevalecem nas doações do período.

Durante o período entre 2011 e 2018, período escolhido para o trabalho e de vigência da lei 12.429 de 20 de junho de 2011, foram doados 338.086.654 kg de estoques públicos de alimentos brasileiros, sendo 230.867.571 kg de arroz, 44.996.479 kg de feijão e 60.274.063 kg de milho em grãos. Destas quantias o arroz beneficiado prevalece como o produto mais enviado e o feijão como o menos doado.

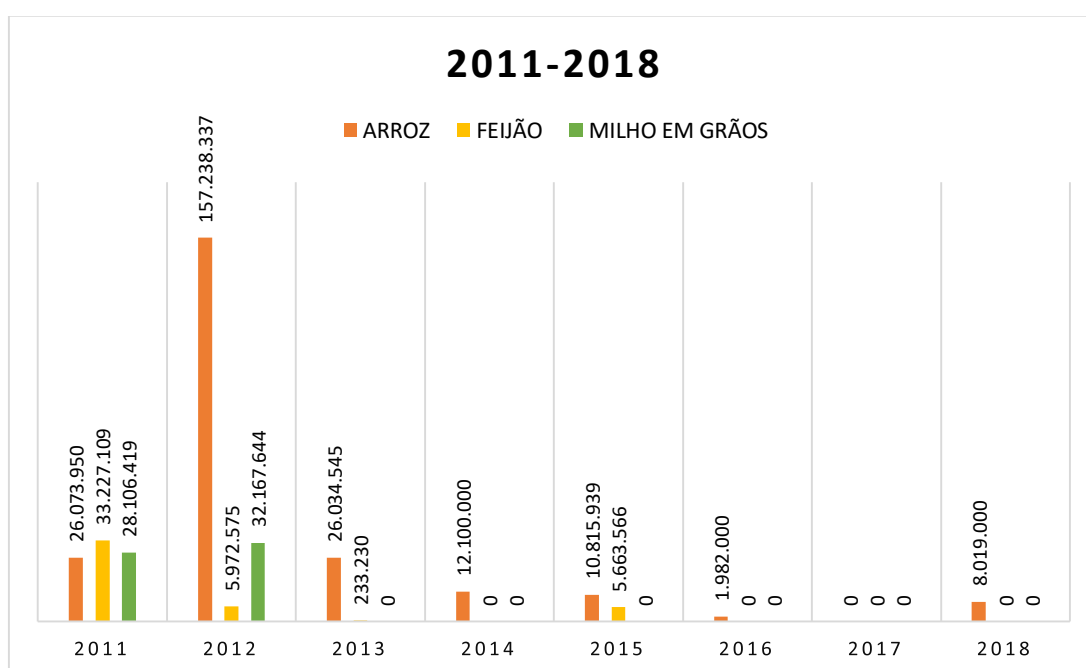
Quanto ao país mais beneficiado, com 19,3% do total, encontra-se a Somália, somando 65.168.108 kg de produtos, seguido do Haiti com 14,4%, 48.818.198 kg de produtos. Já aqueles beneficiados com menor quantia foram o Timor Leste com 0,07% do total, seguido de Cabo Verde, com 0,09% do total do período.

No caso da Somália, as doações foram divididas em 8.594.720 kg de arroz, 13.419.398 kg de feijão e 43.153.990 kg de milho em grãos, tendo o milho em grãos como o principal produto recebido diferente de grande parte dos outros países que recebem primordialmente o arroz beneficiado.

Ao analisar a Tabela 10 foi possível identificar a forte presença dos continentes Africano e Asiático, prevalecendo a Região da Palestina, e a América Latina, quando identificado o Haiti como o segundo maior beneficiado. Quando identificado os países pertencentes a esses continentes e a época de envio foi possível visualizar justificativas para tais doações, como: no caso da África, o continente passa por uma grave crise de segurança alimentar, com grande número de desnutrição de sua população, o que faz com que seja o principal alvo da comunidade internacional na campanha Fome Zero, além disso, países, como a Somália passam por grandes conflitos armados e guerras sociais, o que agrava a garantia de direitos humanos à aquela população, colocando-as em situações emergenciais; quanto ao caso da região da Palestina, a região é alvo de grandes guerras político religiosas e conflitos armados ao longo dos séculos, como é o caso dos conflitos entre palestinos e israelenses após a criação do Estado de Israel, o que ocasionou a destruição de cidades e a saída de grande parte da sociedade em busca de refúgio em outros países, levando a criação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina –UNRWA em 1949 junto aos auxílios prestados nos campos de refugiados na Síria, Jordânia, Líbano, Cisjordânia e Gaza, países estes que foram beneficiados por doações de AHI brasileira durante o período escolhido.

No que se refere a variação dos dados, nota-se no Gráfico 1 a seguir a sequência de variação da quantidade dos produtos doados durante o período:

**Gráfico 1:** Variação da quantidade dos produtos no período entre 2011 e 2018.



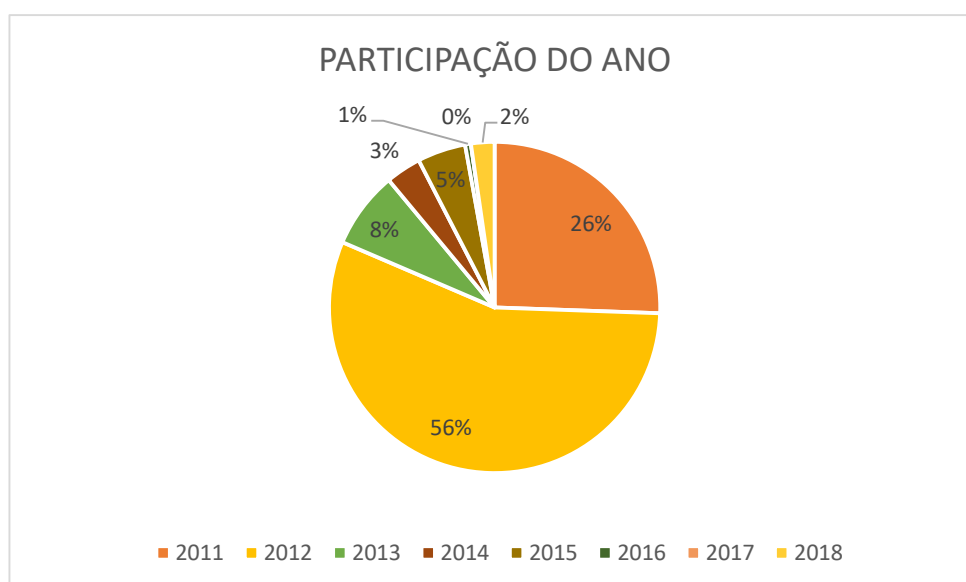
**Fonte:** Conab (quadro adaptado).

Quanto a variação dos produtos, é possível visualizar o ponto máximo de envios do período no ano de 2012, onde o arroz alcançou 157.238.337 kg. A sua curva de quantidade sofre uma queda de 16,6% em 2013, logo em 2014 caiu novamente 46,5% sofrendo um aumento somente em 2018. Independentemente da quantidade enviada de arroz enviada em 2012, o mesmo prevalece como o mais enviado em todo o período, com exceção de 2011, onde o feijão teve maior demanda.

O menos enviado no quesito quantidade em quilos foi o feijão com 44.996.479 kg, já no critério de quantidades de doações dos produtos enviados, o milho em grãos se sobressai como o menos enviado.

Para avaliar a quantidade total de alimentos em cada ano, segue o Gráfico 2 abaixo:

**Gráfico 2:** Quantidade total de alimentos no ano.



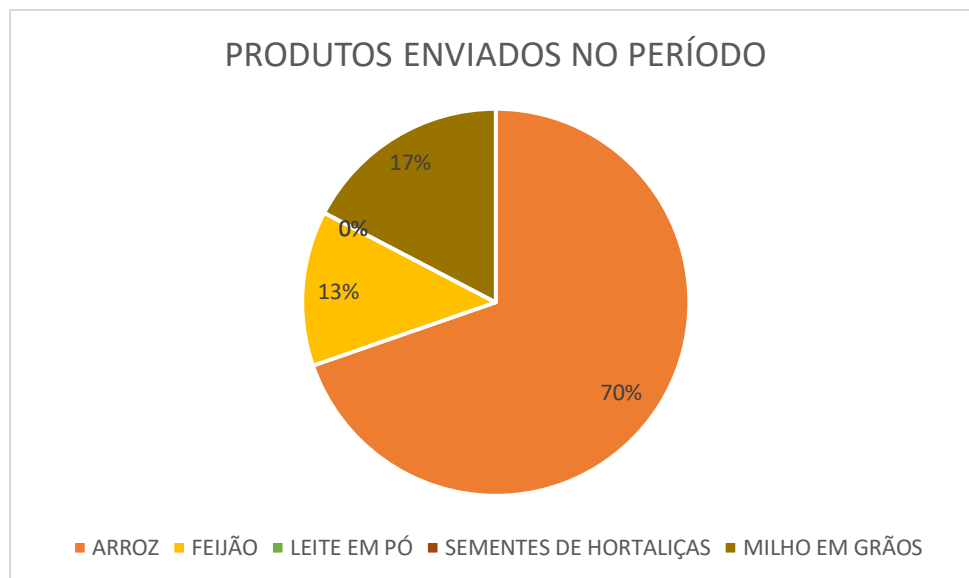
**Fonte:** Conab (quadro adaptado).

Referente a participação anual, 2011 contribuiu com 26% e 2012 com 56%, elegendo-os como os maiores contribuintes no período, alcançando com 82% da quantia total do período. Quanto ao menor destacaram-se 2017 sem alguma participação e 2016 com 1% do total.

Com a intenção de verificar qual o produto mais enviado no período, segue o Gráfico 3:

**Gráfico 3:** Produtos Enviados no Período





**Fonte:** Conab (quadro adaptado).

Conforme o gráfico e as outras informações já passadas anteriormente, o arroz prevalece como o produto mais enviado, seguido do feijão com 17% e do milho em grãos com 13%. A posição do arroz se deve a ser o produto com maior liberação de quantidade autorizadas alcançando 1.000.000 de toneladas, conforme o Anexo da Lei 12.429, de 20 de junho de 2011. No caso do leite em pó e das sementes de hortaliças, justifica-se pelo o fato de não terem sido solicitadas e enviadas nos anos anteriores, de modo que passarão a participar das doações de cunho humanitário brasileiro a partir do ano de 2019.

No que se refere a posição do Brasil no âmbito cooperativo internacional:

destacam a emergência do país como potência regional na América Latina, a liderança do país na Conferência dos Doadores para o Haiti no pós-terremoto, a participação ativa do país no Grupo de Apoio a Estratégias Internacionais para Redução de Desastres das Nações Unidas e no Programa Global de Redução e Recuperação Pós-Desastres do Banco Mundial. Além disso, o país tem se destacado na temática da assistência alimentar, em decorrência da posição do país como um dos maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas e da campanha Fome Zero (LIMA, 2017 apud BINDER, MEIER; STEETS, 2010).

Desta forma, ressalta-se o potencial posicionamento entre as comunidades internacionais em decorrência de estar eleito um dos maiores produtores e exportadores de alimentos, o que o destaca quanto as doações de alimentos na AHI e sua experiência como país beneficiado da campanha Fome Zero. Quanto a posição de liderança do Brasil no âmbito regional da América Latina, justifica a sua participação ativa nas assistências emergenciais com

altas doações para o Haiti pós terremoto em 2011, tornando-a uma das maiores doações do período.

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo principal deste trabalho foi descrever a origem da Assistência Humanitária Internacional- AHI brasileira e os processos necessários para a sua realização, detalhando o papel da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab e legislações vigentes para sua execução, possibilitando o levantamento do histórico de doações no período entre os anos 2011 e 2018.

Quanto à descrição da origem da AHI brasileira, foi observado que o Brasil iniciou sua participação no âmbito cooperacional como um dos grandes países beneficiados através do projeto Fome Zero, o que foi modificando de acordo com a sua evolução social. O país que foi vítima da fome se tornou exemplo de superação e execução de políticas públicas voltadas para o tema, além de se tornar um dos principais produtores e exportadores de alimentos, o que o levou a alcançar a posição de doador neste âmbito, passando a enviar cooperação internacional de desenvolvimento através de cooperação técnica e assistência humanitária (tanto alimentar quanto de itens de primeira necessidade).

Quanto aos processos necessários e as legislações vigentes para sua realização foi identificado a presença do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas- PMA, o Ministérios das Relações exteriores-MRE, a Agência Brasileira de Cooperação- ABC e a Companhia Nacional de Abastecimento- Conab; e das três principais legislações: o Decreto de 21 de junho de 2006, a Lei nº12.429, de 20 de junho de 2011 e a Lei 13.684, de 21 de junho de 2018.

Para a realização de doação de ajudas humanitárias de caráter humanitário, foco deste trabalho, é necessário que seja enviada ao Brasil a solicitação de ajuda por intermédio do PMA, a qual será avaliada pela MRE, a ABC e a Conab perante a legislação e os termos exigidos. Fica a responsabilidade do MRE e da ABC determinar a quantidade e o produtos (arroz, feijão, milho, leite em pó ou sementes de hortaliças) que serão enviados. Já sob a responsabilidade da Conab, fica a análise da possibilidade de atendimento da demanda e a execução da mesma. Ou seja, a Conab é responsável pela execução das doações até a entrega do produto nos locais de envio. A partir dessa etapa, se encerra a participação dos órgãos brasileiros e se reinicia a responsabilidade do PMA no que se refere ao transporte para o país beneficiado.

No que se refere ao histórico de doações entre os anos 2011 e 2018, foram identificadas setenta e duas (72) doações, variadas entre os produtos: arroz, feijão e milho em grãos, para

quarenta e cinco (45) países localizados na América Central, África, Ásia e Região da Palestina, totalizando 338.086.654 kg de alimentos.

Nesse período foram identificados dois fatos importantes: a falta de envio de doações em 2017 e a falta de envio do leite em pó e das sementes de hortaliças. Em entrevista com a gerente responsável por esta política externa na Conab, foi informado que em 2017 o Brasil não recebeu solicitações externas de AHI e que os outros dois produtos serão enviados a partir de 2019, ano que foge o período estudado, justificando assim os dois fatos assinalados.

Vale ressaltar que dentre os quantitativos máximos de envio demarcados no anexo da Lei 12.429, de 20 de junho de 2011, nenhum foi alcançado até o momento de realização das pesquisas. Além disso, pode-se afirmar que a grande procura pelo arroz se deve ao seu fácil preparo, já que o mesmo já vai beneficiado e ensacado para o país de destino, assim suprimindo de forma emergencial a fome da população vitimada naquele local.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS DE ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS DA PALESTINA. **Sobre a UNRWA**. Disponível em: <[http://unrwa.org.br/sobre a unrwa/](http://unrwa.org.br/sobre-a-unrwa/)>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BAPTISTA, Sara. **Cinco vezes em que o Brasil enviou ajuda humanitária a outros países**. 2019. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2019-02-26/ajuda-humanitaria-historico-brasil.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Ministério de Relações Exteriores. **Introdução**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **A Conab**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/institucional>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Organograma**. 2017. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/institucional/gestao-estrategica/organograma>>. Acesso em: 24 jun. 2019

BRASIL. Decreto nº 21 DE JUNHO DE 2006, de 21 de junho de 2006. Cria o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10864.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10864.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.110, de 27 de julho de 2017. Brasília, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9110-27-julho-2017-785260-publicacaooriginal-153445-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011. Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12429.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo

migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011. Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/l12429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12429.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Cooperação humanitária brasileira**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/11937-cooperacao-humanitaria-brasileir>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Histórico da cooperação humanitária brasileira**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/13229-historico-da-cooperacao-humanitaria-brasileira>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL, IPEA:ABC. COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA. In: IPEA. **Cooperação Brasileira para o Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2014 - 2016** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília: IPEA: ABC, 2016. 184 p.

BRASIL, IPEA:ABC. COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA. In: IPEA. **Cooperação Brasileira para o Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005 - 2009** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília: IPEA: ABC, 2010. 78 p.

BRASIL. IPEA:ABC. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: levantamento 2014-2016**. Brasília: Ipea, 2018.

CASTRO, C. M. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

LIMA, João Antônio dos Santos. Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira? **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 23, p.73-100, maio 2017. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8206/1/BEPI\\_n23\\_Além.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8206/1/BEPI_n23_Além.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2019.

LIMA, Thiago; RENSI, Julia; BELMONT, Flávia. **A Ajuda Alimentar Internacional em Guerras Cíveis: Alívio Humanitário ou Intensificação de Flagelos?** Revista de Estudos Internacionais (rei), João Pessoa, v. 7, n. 1, p.32-47, 2016.

MÉDICO SEM FRONTEIRAS-MSF (Org.). **Crises Humanitárias, cooperação e o papel do Brasil.** Rio de Janeiro: Médico Sem Fronteiras, 2016.

ONU. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.** Nova York, 26 jun. 1995.

TAMBOURGI, Patricia Vilarinho. **O Brasil e a Assistência Humanitária Internacional: Prática, Discurso e Tendências.** 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, PUC-SP, São Paulo, 2012.

TAMBOURGI, Patricia Vilarinho. **O Sistema Humanitário Internacional no século XXI: os doadores não DAC e o caso brasileiro.** 2017. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TAMBOURGI, Patricia Vilarinho. **Ascensão e queda do Brasil como doador de assistência humanitária internacional.** Bjr, Marília, v. 6, n. 3, p.573-606, set. 2017.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; LIMA, João Brígido Bezerra de; SOMAIO, Alan. **Assistência Humanitária Internacional: uma análise da experiência brasileira recente (2007-2010).** In: BOLETIM DE ECONOMIA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 4., 2010, São Paulo: Ipea, 2010. p. 53 - 59.